EDMAR Lyra

Anderson Ferreira deixa prefeitura de olho no segundo turno

Com uma trajetória política de apenas doze anos, quando tentou seu primeiro mandato em 2010 como deputado federal, Anderson Ferreira conquistou uma carreira meteórica e ascendente na política pernambucana, tendo triplicado sua votação em 2014 na Câmara dos Deputados e conquistado por duas vezes a segunda maior prefeitura de Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes.

Seu crescimento político lhe deu a dimensão de chegar a este momento, onde deixa a prefeitura de Jaboatão nesta quinta-feira para lançar-se ao Palácio do Campo das Princesas. Se antes era tido como um acessório das chapas majoritárias de Miguel e Raquel na condição de candidato ao Senado, a chegada do presidente Jair Bolsonaro ao PL definitivamente colocou Anderson na sucessão de Paulo Câmara.

Mais do que isso, o tornou um postulante extremamente competitivo na disputa pelo Palácio do Campo das Princesas com o horizonte da nacionalização da disputa e do voto casado com o presidente Jair Bolsonaro. Num cenário de cinco postulantes ao Palácio, ter o voto duro do bolsonarismo e do segmento evangélico poderá fazer de Anderson um nome com chances reais de chegar a uma segunda etapa.

Os números mostram que o segmento evangélico poderá consolidar Anderson Ferreira na busca pelo segundo turno, e associado ao voto bolsonarista, não é surreal imaginar que o postulante do PL possa chegar ao término do primeiro turno com 25% dos votos válidos, o que lhe daria as condições de enfrentar o favorito a ir a segunda etapa pela força da Frente Popular, Danilo Cabral.

Antecipou

A prefeita de Caruaru, Raquel Lyra, antecipou sua renúncia formal à Câmara Municipal para esta quinta-feira. Por conta de não haver sessões aos sábados, a prefeita corria risco de não atender as exigências legais da renúncia e tornar sua postulação passível de questionamentos na justiça. Com esse movimento, ela dissipa qualquer dúvida jurídica. Apesar da formalidade antecipada, Raquel manteve o ato público em Caruaru da sua renúncia no próximo sábado, que será o pontapé inicial para sua postulação ao Palácio do Campo das Princesas.

FLORESTA > O PSB foi ao STF contra decretos editados por Jair Bolsonaro, que preveem medidas de incentivo à atividade mineradora, especialmente na região amazônica. Para o partido, a disciplina dos decretos é totalmente incompatível com o sistema de proteção constitucional ao meio ambiente, na medida em que busca formalizar e incentivar práticas ilegais, que resultam em retrocesso em matéria ambiental. A ação foi distribuída ao ministro André Mendonça.

OPÇÕES > Caso Marília Arraes permaneça como candidata ao governo de Pernambuco e não aceite composição com Miguel Coelho ou Raquel Lyra, o PSDB e o União Brasil poderiam ter soluções caseiras para suas respectivas chapas majoritárias. Bruno Araújo seria alternativa para o Senado de Raquel e Mendonça Filho poderia compor a chapa como postulante de Miguel.

FRENTE > O PP lança nesta quinta-feira a Frente Pró-Bolsonaro em Pernambuco. Ela será integrada pelos deputados estaduais Adalto Santos, Clarissa Tércio, Cleiton Collins e Erick Lessa e pelos vereadores Michelle Collins e Junior Tércio, além de outros candidatos proporcionais.

INOCENTE QUER SABER > Lula e Bolsonaro consolidaram a polarização da disputa presidencial?

@edmarlyra www.edmarlyra.com

A coluna de Edmar Lyra é publicada de segunda a sábado.

■ Deputado **federal** do Rio não aceitou que **PF** cumprisse a ordem e colocasse a **tornozeleira**

Bloqueio de contas faz Silveira ceder

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parlamentar diz que só deputados decidirão sobre **tornozeleira**

Depois de dormir nas instalações da Câmara do Deputados para não cumprir a ordem judicial de colocar uma nova tornozeleira eletrônica, o deputado federal Daniel Silveira (União/RJ) movimentou o dia de ontem (30) na Casa. Policiais federais estiveram na Câmara para cumprir a ordem, mas ele se recusou a assinar o termo de cumprimento da medida. Silveira, no final do dia, admitiu ceder por causa do bloqueio de suas contas determinados pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, após a recusa do deputado.

Em meio a esse episódio, o STF decidiu adiantar o julgamento do deputado de maio para 20 de abril. Ele é acusado de estimular atos antidemocráticos e atacar instituições.

Na última terça-feira, Moraes, determinou que a Superintendência da PF no Distrito Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária do DF cumprissem a ordem de instalar uma tornozeleira eletrônica por causa do descumprimento das medidas cautelares impostas a Silveira, no processo que o acusa de ofensas aos ministros do STF.

Lira defende inviolabilidade

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) já havia defendido a "inviolabilidade" da Câmara e indicado que Silveira não poderia ser alvo de cautelar enquanto estiver dentro da Casa. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), também indicou que a Câmara não aceitará o cumprimento da determinação de Moraes no plenário da Casa, mas que Silveira deve acatar a ordem.

Na tribuna do Plenário, Silveira disse que só vai cumprir a ordem se os deputados assim decidirem. "Estou dizendo que até aceito a imposição, quando os deputados decidirem se deve ou não ser aplicada", afirmou.

Entenda o caso

Na semana passada, Moraes determinou a volta do monitoramento eletrônico, mas a PF e a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio (Seap) não conseguiram cumprir a medida.

A nova decisão a favor do monitoramento foi motivada por um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) que acusou Silveira de continuar a apresentar "comportamento delitivo".

PREFEITURA DO RECIFE
GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 001/2022 BB nº 930.647 CEL

OBJETO: contratação de empresa especializada prestação de serviços de engenharia visando a execução de serviços de sondagem de solo tipo SPT (Standart Penetration Test) para o conhecimento e características do solo presente as margens do Capibaribe. **ABERTURA DA SESSÃO**: 18 de abril de 2022, às 10:30 horas – Horário de Brasília. **DISPUTA**: para a mesma data, às 14:00 horas – Horário de Brasília. No site do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br – Acesso identificado. Edital à disposição dos interessados nos sites **www.recife.pe.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br**. Informações: (81) 3355-9059.

Recife, 30 de março de 2022.

ANA PAULA RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
SECRETARIA DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021.2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012.2022. CPL
Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fórmulas e suplementos alimentares especiais para atendimento de demandas de forma administrativa e judicial à pacientes do Município de Ibimirim, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Valor máximo estimado do certame:** R$ 282.237,84 (Duzentos e oitenta e dois mil duzentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos). Critério de julgamento: menor preço unitário por item. INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 04.04.2022; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 19.04.2022; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 19.04.2022; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 19.04.2022. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no site da BNC: www.bnc.org.br. ou através do site http://ibimirim.gov.org - Portal da Transparência.
Ibimirim, 31 de março de 2022
George Menezes Umbuzeiro
Pregoeiro Público

PREFEITURA DO RECIFE
GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nª 010/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra da quadra poliesportiva e quadra de streetball, localizada no bairro da Imbiribeira no Município do Recife. MODALIDADE: Tomada de Preço. TIPO: Menor Preço. **ABERTURA: 20 de abril de 2022, às 10:30 horas. EDITAL e anexos à disposição dos interessados através do site www.recife.pe.gov.br, e outras informações pelo e-mail cel.gpe@recife.pe.gov.br**.

Recife, 30 de março de 2022

ANA PAULA RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Licitação

PREFEITURA DO RECIFE
GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nª 009/2022

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução da reforma e modernização da Pista de BMX no Parque da Macaxeira, localizado na Cidade do Recife. MODALIDADE: Tomada de Preço. TIPO: Menor Preço. **ABERTURA: 19 de abril de 2022, às 11:30 horas. EDITAL e anexos à disposição dos interessados através do site www.recife.pe.gov.br, e outras informações pelo e-mail cel.gpe@recife.pe.gov.br**.

Recife, 30 de março de 2022
ANA PAULA RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Licitação

D4Sign 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Radar
INCLUI BRASIL, MUNDO E ÚLTIMAS

CONFLITO
Países da Europa começam a discutir estratégias para substituir gás russo depois de exigências feitas por Putin.

CARLOS Britto

Miguel se despede da prefeitura de Petrolina e corre atrás do sonho

Uma noite de simbolismo e emoção. Foi esse o clima do evento que marcou a despedida de Miguel Coelho (União Brasil) de uma administração vistosa em Petrolina, maior cidade do sertão.

Depois de 5 anos e 3 meses a frente de uma prefeitura desafiadora, ele parte com tudo em busca do sonho para virar governador de Pernambuco. Seria o segundo diploma de governador para ser pregado na parede da família Coelho. Nilo Coelho, tio-avô de Miguel, já esteve no palácio do Campo das Princesas indicado para um mandato biônico.

Mas agora é diferente. É a primeira vez em muitos anos que um sertanejo tem uma chance clara de chegar na dianteira. O pai do jovem (agora ex-prefeito), o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB) tentou alguma vezes, mas nunca teve uma chance real de competir, apesar de ser um articulador nato.

Agora, Miguel se muda para o Recife e assume na capital o seu QG eleitoral. Com uma administração vistosa, um discurso afiado e enorme talento de convencimento, ele terá o tempo necessário para tentar convencer o eleitorado que é o novo que Pernambuco precisa.

Mais candidato do que nunca, vai colar nos muitos prefeitos, vereadores e lideranças que já têm para ganhar mais musculatura e conhecimento no estado para falar de suas propostas.

Ele ainda acredita em uma aliança com Marília ou Raquel para fortalecer o seu nome e encorpar o time para a disputa, mas caso não aconteça, vai correr os 4 cantos com a mesma disposição. Agora já abdicou de um mandato renovado com uma expressiva votação. Voltar atrás não é possível e, uma composição, onde ele não esteja na cabeça de chapa, também não.

Polo Empresarial

Em Lagoa Grande as tratativas para a instalação do Polo Empresarial de Lagoa Grande seguem avançando. O prefeito Vilmar Cappellaro (MDB), se reuniu com o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco Roberto Abreu, para acompanhar os ajustes finais do projeto de instalação do polo. O projeto executivo em breve será licitado para iniciar as obras.

ANTES DE IR EMBORA > Antes de renunciar ao cargo de prefeito para concorrer ao Governo do Estado, na próxima quinta-feira (31) Anderson Ferreira, de Jaboatão dos Guararapes, sancionou a lei que concede um reajuste de 10,38% aos servidores efetivos do município.

OUVI UM AMÉM? > A bancada evangélica ganha mais um reforço. É que Rebeca Lucena, liderança evangélica, se filiou ao PL para disputar uma vaga à Alepe. A ficha de filiação foi abonada pelo presidente estadual da sigla, o prefeito do Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira.

O ADEUS DE GILSON > Hoje é o dia esperado para a renuncia do Ministro do Turismo Gilson Machado Neto. Gilson, vai concorrer a uma vaga no Senado no time do pré-candidato ao governo de Pernambuco, Anderson Ferreira (PL). A cerimônia acontece às 14h30 em Brasília.

Blog do Carlos Britto
@blogcarlosbritto
contato@carlosbritto.com

A coluna de Carlos Britto é publicada de segunda a sexta.

■ Já liberado em outros países, o **"Paxlovid"** beneficia os doentes que não precisam de **oxigênio**, mas correm risco de evoluir para um quadro **grave**

Anvisa aprova novo remédio para Covid

DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIAS

DIVULGAÇÃO/PFIZER

Agência ressalta que a **vacina** contra a doença é insubstituível

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou emergencialmente ontem (30) o medicamento da Pfizer para tratamento da Covid-19, chamado "Paxlovid". A decisão foi tomada por unanimidade pela Diretoria Colegiada (Dicol) do órgão.

O medicamento é indicado para pacientes adultos que não estejam fazendo uso de oxigênio, mas que tenham risco de progredir para quadro grave da doença. O Paxlovid pode ser comprado em farmácia mediante receita médica e a indicação é de que seja utilizado por, no máximo cinco dias. O Paxlovid é uma pílula que reúne as substâncias nirmatrelvir e ritonavir.

Contra indicações

De uso individual oral, o remédio não é indicado para grávidas, menores de 18 anos e pessoas com insuficiência renal grave ou com falha renal. "Reitero que a vacinação continua sendo a melhor estratégia para evitar a Covid-19, as hospitalizações e os óbitos", afirmou a diretora da Anvisa e relatora do processo relacionado à liberação do medicamento, Meiruze Freitas. Ela avaliou que os benefícios da liberação do medicamento superam os riscos.

Já o diretor da Anvisa Rômison Mota destacou que não se trata de um medicamento para prevenção, e que já houve aprovação em outros países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, México, China, Austrália e Japão.

Vacina é melhor

A Agência ressalta que o Paxlovid não substitui a vacina, que está disponível gratuitamente, enquanto medicamento, a princípio, será comercializado, dependendo de poder aquisitivo para o consumo. No total, a Anvisa já autorizou oito medicamentos para tratamento da doença, mas três foram suspensos. Até o momento, no entanto, o Ministério da Saúde não incorporou nenhum no Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesta quarta-feira, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) deu aval para a incorporação do medicamento baricitinibe no SUS. O uso do tratamento na rede pública depende, no entanto, de decisão final do Ministério da Saúde. No caso do baricitinibe, a indicação é para uso em pacientes adultos que estejam internados e usem oxigênio ou ventilação não invasiva.

PREFEITURA DE CARUARU
Comissão Permanente de Licitação - CPL/P

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 029/2022 CPL/P - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 CPL/P. Objeto: Credenciamento, para formalização de acordo de cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que não envolve a transferência de recursos financeiros, com organizações interessadas em firmar parcerias que objetivem a oferta, pelo parceiro privado, de atendimento aos consumidores Caruaruenses, por meio de instalação de unidade de atendimento do Procon Caruaru em suas dependências. Devendo o envelope de documentação ser entregue até a **data de 19 de abril de 2022, às 10h00min**, quando será instalada a sessão de abertura dos envelopes de habilitação, na sala da CPL/P. A sessão de abertura será realizada via videoconferência. Link para acesso: https://global.gotomeeting.com/join/503288221. **Código de Acesso:** 503-288-221. Informações: Os interessados poderão acessar e fazer download do texto integral do Edital no site: www.caruaru.pe.gov.br, banners acesso rápido "EDITAIS DE LICITAÇOES" através do link: http://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/. Outras informações na sala da CPL/P, localizada na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118, 1º andar, bairro Universitário - Caruaru/PE, no horário de segunda à sexta feira, das 08h00min às 14h00min (horário local), pelo telefone: (81) 3721-1526, ou por e-mail: cpl-p@hotmail.com.

Caruaru/PE, 30 de março de 2022
Edivanilson Carvalho Ferreira
Presidente - CPL/P

Chesf — MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
74.ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da *Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf*, para reunirem-se em ***Assembleia Geral Ordinária***, em sua Sede Social, na Rua Delmiro Gouveia, n.º 333, no Bairro de San Martin, na Cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, às *09:00 horas* do dia 22 *de abril de 2022*, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: ***74.ª Assembleia Geral Ordinária – AGO***: ***1.*** *Tomar as Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2021.* ***2****. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.* ***3****. Fixar a Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal e dos Administradores da Companhia.* ***4.*** *Deliberar sobre a mudança dos Jornais em que são feitas as Publicações Societárias exigidas por lei.*

Recife, 31 de março de 2022
Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta
Presidente do Conselho de Administração

D4Sign 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

VALORES ESQUECIDOS
Banco Central atualizou balanço do sistema Valores a Receber e 69,8% dos casos correspondem a apenas R$ 10.

MERCADO FINANCEIRO

MOEDAS	DÓLAR > Compra: R$ 4,791 >> Venda: R$ 4,792 >> Variação: 0,71%	EURO: 5,33	YUAN (China): 0,75	PESO (Argentina): 0,043	
BOLSAS	IBOVESPA > Variação: -0,031% >> Pontos: 119.977,34	DOW JONES (NOVA YORK): -0,24%	NASDAQ (NOVA YORK): -0,67%	S&P 500 (NOVA YORK): -0,50%	

OUTROS ÍNDICES (Fevereiro)

SELIC: 11,75%	IPCA: 1,01%	IGP-M FGV: 1,74%	
OURO BM&F: 292,99	INPC: 1,00%		

Índices Econômicos www.sppe.org.br
SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL (SPPE)

DIVULGAÇÃO

Leilão do Terminal de Granéis Sólidos de Suape foi realizado na B3, em São Paulo. Contrato será de 25 anos

Agemar arremata terminal de Suape

A pernambucana Agemar lidera o consórcio vencedor do leilão, que deve investir R$ 59,8 milhões no porto e gerar 12 mil empregos diretos e indiretos

EDUARDA BARBOSA

Novas operações de granéis sólidos serão realizadas nos próximos anos no Porto de Suape. É que o Terminal de Granéis Sólidos de Suape (TGSS) será explorado por um novo consórcio, que investirá R$ 59,8 milhões pelos próximos 25 anos de contrato. O consórcio SUA Granéis, liderado pela pernambucana Agemar junto com a Loxus e a Marlog, tornou-se o novo arrendatário, depois do leilão que aconteceu ontem na B3, em São Paulo. A expectativa é que as novas movimentações gerem cerca de 12 mil empregos, entre diretos e indiretos, nos 25 anos de contrato.

A celebração do contrato está prevista para este ano e o início das operações, em 2024. "Para Suape esse resultado é muito importante, significa uma movimentação a mais de 500 mil toneladas por ano em Suape, com geração de emprego e renda. A estimativa estabelecida no estudo é de aproximadamente 12 mil novos empregos diretos e indiretos no prazo de 25 anos", comentou o diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão.

Movimentação de cargas

O TGSS está localizado na retroárea do Cais 5, em um espaço de 72 mil metros quadrados. O espaço foi projetado para movimentar e armazenar granéis vegetais e minerais, e carga geral. Atualmente, o terminal estava em contrato de transição com a empresa pernambucana M&G São Caetano - que permanecerá no terminal até o fim do ano. A partir dos novos investimentos, o equipamento ganhará força com maior movimentação de cargas, como a do coque de petróleo e do açúcar.

"É um enorme desafio essa operação e estamos com planejamento para tornar o equipamento viável. Apesar de o terminal estar quase pronto, a gente precisa de alguns equipamentos portuários. Então temos um planejamento para movimentar as cargas de açúcar e de coque, e vamos estudar o terminal e ficar atento ao desenvolvimento do Estado vislumbrando operar outras cargas, como a barrilha e a bobina de aço", destacou o representante do consórcio, Manoel Ferreira Neto.

Mais empregos e investimento

"O leilão permite que Suape tenha agora um novo terminal com investimento de R$ 59 milhões. Um terminal de granéis sólidos já existente, mas que agora vai ter uma operação prevista no primeiro ano de 570 toneladas, gerando 100 empregos diretos", ressaltou o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Geraldo Julio.

O edital de licitação foi anunciado no início de março pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A futura empresa arrendatária deverá realizar investimentos para que o terminal seja dotado de capacidade estática mínima total de 12 mil toneladas, além da aquisição de sistemas de recepção rodoviária e sistema transportador de correias e equipamentos equivalentes para garantir a produtividade (prancha média geral) de 549 t/h (toneladas por hora) e 128 t/h, para a movimentação de coque de petróleo e açúcar ensacado, respectivamente.

DIVULGAÇÃO

Grupo vai estudar o potencial do espaço e pode operar outras cargas

Copergás vai adquirir biometano

A Copergás conclui a primeira etapa da Chamada Pública para aquisição de biometano, com o recebimento de quatro propostas de quatro empresas. Os projetos apresentados visam a produção do combustível a partir de resíduos orgânicos agrícolas e de aterros sanitários. O processo agora entra na fase de detalhamento e análise econômica das propostas.

Após essa etapa, a Chamada Pública será finalizada, com o anúncio da empresa, ou empresas, vencedora (s). O início do fornecimento do biometano está previsto para 1º de janeiro de 2024, com prazo de contratação de 10 anos. O volume mínimo será de 3 mil m³/dia.

O presidente da Copergás, André Campos, considerou "um sucesso" a Chamada Pública, ressaltando o avanço da diversificação dos supridores da Companhia e o impacto positivo do biometano na redução da emissão de gases do efeito estufa. "Além de aumentar o número de fornecedores, estamos dando uma grande contribuição para o meio ambiente", disse ele.

Energia renovável

O biometano é um gás natural renovável, obtido a partir da purificação do biogás e originário de resíduos orgânicos de aterros sanitários, de estações de tratamento de esgoto, da agropecuária e da agroindústria, entre outras atividades. Seu aproveitamento é importante fator de interiorização do gás - os resíduos da agropecuária ou de aterros sanitários tornam-se insumo para o biometano, criando oportunidade de negócios para a região e garantindo a produção local.

PROCESSO SELETIVO JURÍDICO CÍVEL
VAGA: ADVOGADO JÚNIOR

PERFIL: Disponibilidade, discrição, proatividade.
REQUISITOS:
- Experiência em escritório de advocacia ou departamento jurídico.
- Boa técnica redacional e constante atualização da legislação no âmbito do direito civil e empresarial.

ATRIBUIÇÕES:
- Elaboração e revisão de contratos, pareceres, petições e relatórios jurídicos.
- Acompanhamento de processos administrativos e judiciais.
- Pesquisas e estudos, além de participação em reuniões e palestras.

LOCAL DE TRABALHO: Recife (Presencial)
Interessados enviar o currículo até dia 15.04.2022, com título da vaga no assunto para: gcompessoas@gmail.com

D4Sign 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Aumento para ativos, inativos e pensionistas entra em vigor no mês de junho e terá impacto de R$ 1 bilhão na economia do Estado

Reajuste de servidores é sancionado

HÉLIA SCHEPPA/SEI

O governador Paulo Câmara assinou ontem as leis para **concessão dos aumentos** de funcionários estaduais

O governador Paulo Câmara sancionou, ontem, leis que concedem reajustes salariais aos servidores públicos estaduais. As propostas foram enviadas à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) em fevereiro, e aprovadas pelos deputados. As leis terão vigência a partir de junho, e vão gerar um incremento de aproximadamente R$ 1 bilhão na economia do Estado.

Atualmente, o Estado conta com 127.947 servidores ativos, 75.066 aposentados e 26.037 pensionistas.

Enquanto assinava as leis, o governador ressaltou o compromisso do Estado com o funcionalismo público e agradeceu aos parlamentares estaduais que votaram a favor dos projetos de lei. "O apoio dos parlamentares foi essencial para dar celeridade aos projetos que nós enviamos e que irão beneficiar milhares de servidores públicos" destacou.

Reajuste linear de 5%

Para os servidores em geral, foram aprovadas várias medidas de valorização, como o reajuste linear de 5% no vencimento base e o aumento no valor do vale-refeição, que passa a R$ 242 mensais para servidores com carga horária de 30 horas semanais e R$ 334,40 para quem cumpre 40 horas por semana. Como terceira medida, a lei concede a Parcela de Valorização do Servidor (Pares), cujo valor nominal uniforme é definido de acordo com o nível de escolaridade para cada cargo, sendo R$ 400 para servidores com nível fundamental, R$ 600 para nível médio e R$ 800 para nível superior.

Gratificação para plantões

Aos profissionais da saúde, além do reajuste linear de 5% sobre o vencimento base e a concessão da Pares por nível de escolaridade, o Governo do Estado também proverá a gratificação por perigo laboral, no valor de R$ 480, extensiva a todas as categorias profissionais da pasta. Também haverá a atualização de 10% na gratificação por plantão, inclusive como forma de reconhecimento pelo compromisso assumido pela categoria no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

Na área da segurança pública, as polícias Militar, Civil, Científica, Penal e Corpo de Bombeiros de Pernambuco terão aumentos percentuais que variam entre 16% e 20%. O governador também sancionou a lei complementar que cria os cargos de provimento efetivo constantes e estruturados no Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

PREFEITURA DE CARUARU
Comissão Permanente de Licitação - CPL/G

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 034/2021** referente à Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**, tendo por objeto a concessão administrativa dos serviços de iluminação pública no Município, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede Municipal de Iluminação do Município de Caruaru/PE, no Estado de Pernambuco, além da legalidade que se reveste o procedimento, nos termos do Art. 43, VI, da Lei 8.666/93, **HOMOLOGO** o procedimento Licitatório que teve como vencedor o Consórcio Luz de Caruaru, formado pelas empresas ENEL X BRASIL S.A, CNPJ: 08.317.250/0001-61, SELTA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 19.187.475/0001-67 e MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 16.383.848/0001-87, em consequência, determino que se emita o respectivo empenho de despesa.

Caruaru/PE, 24 de março de 2022
Ana Maraiza de Sousa Silva
Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAIRÉ
Comissão Permanente de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo n° 011/2022. Comissão: CPL. **Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 – Objeto Nat.** Obras. **Objeto Descr:** contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de construção de uma unidade de atendimento da saúde no sitio Jaboticaba, Município de Sairé/PE. **VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL**: **R$ 166.442,84**. Data e hora de abertura**: 18/04/2022, às 10:00 horas. Informações** na sala da CPL, sito na **Av. Coronel José Pessoa, nº 226, centro, nesta cidade**, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital, no horário das 07:00 às 12:00hs, sendo facultada a solicitação através do e-mail: licitasaire@gmail.com ou acessando o Portal da Transparência através do site https://saire.pe.gov.br/. Sairé/PE, 30 de março de 2022. Valdiane Elaine Pontes de Vasconcelos Melo – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 004/2022. Comissão: Pregão. Modalidade: **P PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022 – REGISTRO DE PREÇOS. TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO. **Objeto Descr.:** Contratação de pessoa (s) jurídica(s) para o fornecimento de material para pavimentação de ruas em paralelepípedos graníticos, a fim de atender as demandas do Município do CondadoPE. **Valor máximo aceitável: R$ 2.515.871,26** (dois milhões quinhentos e quinze mil reais oitocentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos). **DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA:** 15/04/2022, às 10:00hrs. O edital Poderá ser obtido no sítio **http://bnccompras.com**. Mais informações através do e-mail cplcondadope@gmail.com ou do telefone 81-3642-1031.

Condado, 29 de março de 2022

Manuel Soares de Lucena Neto
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
SECRETARIA DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 022.2022. PREGÃO ELETRÔNICO N° 013.2022. CPL

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de Medicamentos para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde do Município de Ibimirim/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Valor máximo estimado do certame:** R$ 948.051,60 (Novecentos e quarenta e oito mil cinquenta e um reais e sessenta centavos). Critério de julgamento: menor preço unitário por item. INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 04.04.2022; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 20.04.2022; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 20.04.2022; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 20.04.2022. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no site da BNC: www.bnc.org.br. ou através do site http://ibimirim.gov.org - Portal da Transparência.

Ibimirim, 31 de março de 2022
George Menezes Umbuzeiro
Pregoeiro Público

PREFEITURA DE CARUARU
Comissão Permanente de Licitação - CPL/O

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações - CPL/O da Prefeitura Municipal de Caruaru/PE, torna pública a realização da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 024/2022 CPL/O - PROCESSO Nº 028/2022 CPL/O. Objeto:** Reforma e ampliação do Complexo de Saúde do Salgado, Município de Caruaru/PE. **Valor Total Estimado:** R$ 4.837.719,55 (quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos). **Data e Hora de Abertura:** 02 de maio de 2022, às 10h00min (horário local). Informações na sala da CPL/O, localizada na Professor Lourival Vilanova, nº 118, Universitário - Caruaru/PE, no horário das 08h00min às 14h00min, pelos fones: (81) 3701-1440, 9.8494-4464, e-mail: cplobras.caruaru@gmail.com, ou baixar o Arquivo com o Edital no site: www.caruaru.pe.gov.br no link "Avisos de Licitações".

Caruaru/PE, 30 de março de 2022
Nathalia Gabriela de Sales Maciel
Presidente - CPL/O

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 020.2022. PREGÃO ELETRÔNICO N° 011.2022. CPL

Objeto: Contratação de empresa especializada, que promova a execução de serviço de transporte de estudantes que residem na zona rural e na zona urbana do município de Ibimirim – PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Valor máximo estimado do certame:** R$ 3.601.518,48 (Três milhões seiscentos e um mil quinhentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos). Critério de julgamento: menor preço unitário por item. INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 04.04.2022; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 18.04.2022; ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 18.04.2022; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 18.04.2022. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no site da BNC: www.bnc.org.br. ou através do site http://ibimirim.gov.org - Portal da Transparência.

Ibimirim, 31 de março de 2022
George Menezes Umbuzeiro
Pregoeiro Público

BREVE

Dólar fecha a R$ 4,78

O agravamento das tensões entre Rússia e Ucrânia e a proximidade do fim de trimestre provocaram nervosismo no mercado financeiroontem. O dólar aproximou-se de R$ 4,80, após iniciar o dia em baixa. A bolsa de valores resistiu ao mercado internacional e fechou em leve alta, com apoio de empresas de commodities (bens primários com cotação internacional).

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 4,78, com alta de R$ 0,029 (+0,62%). Após operar em queda durante quase toda a manhã, a cotação disparou à tarde, pressionada pela guerra e pela compra de dólares por grandes empresas que querem fechar o caixa no fim de trimestre.

O mercado de ações resistiu mais às pressões externas. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 120.260 pontos, com alta de 0,2%. Pressionado pela queda nas bolsas norte-americanas, o indicador alternou altas e baixas ao longo do dia, mas encerrou em leve alta apoiado pelas ações da Petrobras e de mineradoras.

D4Sign 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Classificados

ANUNCIE CONOSCO
(81) 3425 5831 / 5882

1 imóveis | apartamentos ■ casas comerciais ■ outros
2 Veículos | automóveis ■ motos e bicicletas caminhões ■ outros
3 Oportunidades | ■ empregos ■ negócios ■ locadoras ■ outros
4 Diversos | ■ comunicados ■ serviços profissionais ■ outros

1 IMÓVEIS

Apartamentos
Vendem-se

AFLITOS

LP348 - APTO 120 M, 3QTS, QTO REVER, 1SUIT, SALA 2 AMB, WC SOC, DCE, COZINHA, VARANDA, TODO C.ARMARIO, 1VG, ELEV, SL FESTA.PLAYR$430MIL.AC.FINANC.MARQUE SUA VISIT. F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

BOA VISTA

LP205 OPORTUNIDADE UNICA NA BOA VISTA EXCELENTE EDF.MANDACARU APTO C/74M COM 2QTS, WC SOC, COZ, SALA P/ 02 AMB, ARMARIOS, DCE, ELEV, R$ 210MIL, AC.FINAC, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

BONGI

LP204-OTIMA LOCALIZ.APTO 60M 2QTS,TODO COM ARMARIO, SLC 2AMB, REFORM, ELEV, 1VG, AC FINANC, R$ 210 MIL TELS - 991919003-986967550-30375200 CREC9355J

CAMPO GRANDE

LP254-IMPERDIVEL OPORTUNID. DE UM APTO, C/ 74M, 2QTS, 1SUIT, SALA P 2AMB, COZINHA, WC SOC, DCE, VARAND, COM ARMARIOS, 1VG R$220MIL.AC FINANC. TELS - 991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP255-IMPERDIVEL OTIMA LOC, LINDO APTO C55M, 2 QTS, STE, WC SOC, COZ, SL 2AMB, VARANDA, ARMARIOS, SL DE FESTA, ELEV, PISCINA, PLAY, 1 VG R$ 280 MIL.TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI 9355J

LP 304 - ATENCAO! APTO EDF YOKOHAMA COM 80M, 3QTS, 1SIT, SALA 2AMB, COZINHA, WC SOCIAL, VAR, IDCE, ARMARIOS NA COZIN, ELEV, SL FESTA, 2VG R$ 410 MIL AC.FINANC, MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200

LP 304 - ATENCAO! APTO EDF YOKOHAMA COM 80M, 3QTS, 1SIT, SALA 2AMB, COZINHA, WC SOCIAL, VARAND, DCE, ARMARIOS NA COZIN, ELEV, SL FESTA, 2VG R$ 410 MIL AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA. F-991919003-986967550-30375200

CASA AMARELA

LP 3191 IMPERDIVEL APTO COM 90M, 3QTS, STE, VAR, SL P/02 AMB, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, DECORADO, 1 VAG, LAZER COMPLETO, ELEV, R$ 530 MIL AC. FINAC, MARQUE SUA VISITA, LIGAR FONES: 991919003/9869675550/30375200 CRCI9355J

LP3232-EXCELENT OPORTUN P MORAR APTO 130M, TODO DECORADO, 3QTS, 3SUIT, VARANDA, COZINH, SL P2 AMB, WC SOC, DCE, AMARIO, 2VGS, ELEVAD, LAZER COMPL, R$760MIL, AC.FINANCF-991919003-98696755030375200 CRECI 9355J

OPORTUNIDADE APTO COM 70M, ANDAR ALTO, NASCENTE, SL P/02 AMB, 3 QTS, STE, WC SOC, WC DE SERV, TODO COM ARMARIOS, COZ, 1VG, ELEV, LAZER COMPLETO, R$ 460 MIL, ACEIT. FINAC, LIGAR TELEFONES:991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP 3191 IMPERDIVEL APTO COM 90M, 3QTS, STE, VAR, SL P/02 AMB, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, DECORADO, 1 VAG, LAZER COMPLETO, ELEV, R$ 530 MIL AC. FINAC, MARQUE SUA VISITA, LIGAR FONES: 991919003/9869675550/30375200 CRCI9355J

LP3232-APTO 130M, TODO DECORADO, 3QTS, 3SUIT, VARANDA, COZINH, SL P2 AMB, WC SOC, DCE, ARMARIO, 2 VAGAS, ELEVAD, LAZER COMPL, R$760MIL, AC.FINANCF-991919003-98696755030375200 CRECI 9355J

LP3232-EXCELENT OPORTUN P MORAR APTO 130M, TODO DECORADO, 3QTS, 3SUIT, VARANDA, COZINH, SL P2 AMB, WC SOC, DCE, AMARIO, 2VGS, ELEVAD, LAZER COMPL, R$760MIL, AC.FINANCF-991919003-98696755030375200 CRECI 9355J

OPORTUNIDADE APTO COM 70M, ANDAR ALTO, NASCENTE, SL P/02 AMB, 3 QTS, STE, WC SOC, WC DE SERV, TODO COM ARMARIOS, COZ, 1VG, ELEV, LAZER COMPLETO, R$ 460 MIL, ACEIT. FINAC, LIGAR TELEFONES:991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

CASA FORTE

LP224 OPORTUNIDADE UNICA COM89M, 2QTS, SUITE, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, 1VG, SL FESTA, ELEV, R$ 330MIL, AC.FINC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP346 OPORTUNIDADE APTO COM 90M, 3QTS, SUITE, VAR, SLP/02 AMB, COZ, DCE, AREA DE SERV, WC SOC, TODO COM ARMARIOS, 2 VAGAS, R$285MIL, AC FINAC, MARQUE SUA VISITA COM NOSSOS CORRETORES LIGAR F: 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP372-OPORTUND, APTO COM OTIMA LOCALIZ, 105 M, 3QTS, 2SUIT, WC SOCI, VARAND, COZINHA, SALAP 2AMB, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VAGAS, ELEV, LAZER COMPL, R$785MIL, AC FINANC. F-999955055-986967550-30375200 CRECI 9355J

LP224 OPORTUNIDADE UNICA COM89M, 2QTS, SUITE, SLP/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, 1VG, SL FESTA, ELEV, R$ 330MIL, AC.FINC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP346 OPORTUNIDADE APTO COM 90M, 3QTS, SUITE, VAR, SLP/02 AMB, COZ, DCE, AREA DE SERV, WC SOC, TODO COM ARMARIOS, 2 VAGAS, R$285MIL, AC FINAC, MARQUE SUA VISITA COM NOSSOS CORRETORES LIGAR TELEFONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP372-OPORTUND, APTO COM OTIMA LOCALIZ, 105 M, 3QTS, 2SUIT, WC SOCI, VARAND, COZINHA, SALAP 2AMB, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VAGAS, ELEV, LAZER COMPL, R$785MIL, AC FINANC. F-999955055-986967550-30375200 CRECI 9355J

ENCRUZILHADA

LP 243 - COM OTIMA LOCALIZ, C 63M, 2QTS, SAL P 2AMB, VARANDA, COZINH, A.SERV, WC SOCI, WC SERV, TODO COM ARMAR. 1VG, R$240MIL AC.FINANC F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP394 OPORTUNIDADE APTO COM OTIMA LOCALIZACAO COM 111M, 3 QTS, 1 STE, SALA P/2AMB, VAR, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VGS, ELEVAD, R$ 280 MIL, AC.FINAC, LIGAR FONES: 986967550/30375200/991919003 CRECI 9355J

LP 243 - COM OTIMA LOCALIZ, C 63M, 2QTS, SAL P 2AMB, VARANDA, COZINH, A.SERV, WC SOCI, WC SERV, TODO COM ARMAR. 1VG, R$240MIL AC.FINANC F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP394 APTO C/ OTIMA LOCALIZACAO COM 111M, 3 QTS, 1 STE, SALA P/2AMB, VAR, COZ, WC SOC, DCE, TODO COM ARMARIOS, 2 VGS, ELEVAD, R$ 280 MIL, AC.FINAC, LIGAR FONES: 986967550/30375200/991919003 CRECI 9355J

ESPINHEIRO

LP232-IMPERDIVEL APTO C/ 61M, 2QTS, 1SUIT, WC SOC, COZINHA, AREA SERV, SL 2AMB, ARMARIOS, 1VG, LAZER COMPLET, R$320MIL, AC.FINANC, MARQUE SUA VISITA COM NOSSOS CORRETORES. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI 9355J

LP306 EXCELENTE OPORTUNIDADE PARA MORAR COM 160M, 3QTS, SUITE, VAR, COZ, SALA P/ 02AMB, WC SOC, DCE, ELEV, PISC, SL DE FESTA, PLAY, 1VG, R$ 700 MIL OU ALUGUEL DE 4 MIL COM AS TAXAS, AC. FINAC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES, APTO DESOCUPADO, LIGAR FONES: 986967550/991919003/30375200 CRECI 9355J

LP3200-OPORTUNID, APTO COM 107M, 3QTS, 1SUIT, VARAND, SALA P2AMB, COZINHA, DCE, 2VAGAS, ELEV, IMPERDIVEL R$395MIL, AC. FINANC. TELS - 991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3249 IMPERDIVEL OPORTUNIDADE UNICA, APTO MUITO BEM LOCALIZADO COM103M, 3QTS, SUITE, SL P/02AMB, WC SOC, DCE, COZ, AREA DE SERV, PORCELANATO, TODO COM ARMARIOS, 2VGS, ELEV, SALAO DE FESTA, R$350MIL, AC. FINAC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP232-IMPERDIVEL APTO C/ 61M, 2QTS, 1SUIT, WC SOC, COZINHA, AREA SERV, SL 2AMB, ARMARIOS, 1VG, LAZER COMPLET, R$320MIL, AC.FINANC, MARQUE SUA VISITA COM NOSSOS CORRETORES. TELS-991919003-986967550-30375200 CRECI 9355J

LP306 EXCELENTE OPORTUNIDADE PARA MORAR COM 160M, 3QTS, SUITE, VAR, COZ, SALA P/ 02AMB, WC SOC, DCE, ELEV, PISC, SL DE FESTA, PLAY, 1VG, R$ 700 MIL OU ALUGUEL DE 4 MIL COM AS TAXAS, AC. FINAC, MARQUE SUA VISITA COM OS NOSSOS CORRETORES, APTO DESOCUPADO, LIGAR FONES: 986967550/991919003/30375200 CRECI 9355J

LP3200-OPORTUNID, APTO COM 107M, 3QTS, 1SUIT, VARAND, SALA P2AMB, COZINHA, DCE, 2VAGAS, ELEV, IMPERDIVEL R$395MIL, AC. FINANC. TELS - 991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3249 IMPERDIVEL OPORTUNIDADE UNICA, APTO MUITO BEM LOCALIZADO COM103M, 3QTS, SUITE, SL P/02AMB, WC SOC, DCE, COZ, AREA DE SERV, PORCELANATO, TODO COM ARMARIOS, 2VGS, ELEV, SALAO DE FESTA, R$350MIL, AC. FINAC, LIGAR FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

GRACAS

LP215 OPORTUNIDADE APTO NOVO COM OTIMA LOCALIZ.33M, QUARTO, SALA, COZ, WC SOC, MOBILIADO, 1VG, ELEV, PIS, SL FESTA, PLAY, R$ 200MIL, AC FINAN, OU ALUGUEL R$ 1.800, 00 COM TAXAS, LIGAR FONE - 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A - CNPJ 09.512.542/0001-18. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Submetemos à apreciação dos prezados acionistas as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial liderado pela CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A, e participação da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparadas ao mesmo período do ano anterior, e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes. O ano de 2021 se encerrou ainda marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19, cujas medidas protetivas e restritivas, levou a uma disrupção na cadeia global de suprimentos, trazendo em consequência alta generalizada nos preços das commodities, e como resultado, da inflação mundial. No Brasil, aliada a desvalorização do real frente ao dólar americano a inflação atingiu 10,06%, bem acima da meta projetada para o ano de 2021 de 5,25%, levando o Banco Central do Brasil, a encerrar um ciclo histórico de reduções e retomar o ciclo de elevação da taxa básica de juros (SELIC), que terminou o ano de 2021 a 9,75% a.a. Ainda que desafiador, por acreditarmos que este é um cenário atípico e transitório, permanecemos adotando diversas ações visando o bem-estar de nossos colaboradores, bem como a estrita observância com o que determina nossa política de gerenciamento de riscos e de capital. Em um ambiente de contínua atualização tecnológica, em especial ao sucesso e aceitação pelo público do Pix, o meio de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central e da evolução do Open Banking, ou sistema financeiro aberto, demos ênfase na capacitação de nossos colaboradores de forma a garantir a conformidade em todos os seus processos e procedimentos operacionais, possibilitando a diversificação, em curso, de nossos produtos e serviços em um mercado em constante evolução. Como empresas socialmente responsáveis, renovamos nosso compromisso em oferecer produtos e serviços baseados em seus princípios de ética, segurança e credibilidade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/21	31/12/20	PASSIVO	NOTA	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		**49.218**	**59.109**	**CIRCULANTE**		**6.983**	**13.842**
Caixa e Equiv. de Caixa	**4**	**6.605**	**11.714**	Depósitos	**9**	4.368	427
Disponibilidades		198	406	Operações compromissadas		685	-
Aplicações Interfin. de Liquidez		6.407	11.308	Sociais e Estatutárias	**10**	925	1.362
Instrumentos Financeiros	**5**	**41.064**	**39.494**	Fiscais e Previdenciárias		134	170
Relações Interfinanceiras		66	477	Negociação e Interm. de Valores	**7**	700	11.627
Operações de Crédito	**6**	-	38	Diversas	**11**	171	207
(-) Provisão p/Riscos de Créditos		-	-	Relações Interfinanceiras		-	50
Outros Créditos		**1.481**	**7.378**				
Dividendos e JCP a Receber		2	-	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	13	**43.876**	**47.058**
Negociação e Interm. de Valores	**7**	1.378	7.336	Capital Social		20.500	20.500
Diversos		101	42	Reservas de Lucros		1.321	1.299
Outros Valores e Bens		**3**	**8**	Reservas Especiais de Lucros		16.843	16.399
Prêmios de Seguros a apropriar		3	8	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM		5.212	8.880
NÃO CIRCULANTE		**1.642**	**1.792**	Prejuízos Acumul. no Semestre		-	- 20
Imobilizado de Uso	**8**	**1.642**	**1.792**				
Imóveis de Uso		3.862	3.917				
(-) Depreciações Acumuladas		- 2.221	-2.125				
TOTAL		**50.859**	**60.901**	**TOTAL**		**50.859**	**60.901**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Milhares de Reais)

	NOTA	2 SEMESTRE	2021	2020
Receitas de Intermediações Financeiras		**3.785**	**7.046**	**9.712**
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	**14**	3.785	7.046	9.712
Despesas de Intermediações Financeiras		**-2.233**	**-3.646**	**-7.116**
Despesas com Intermediação Financeira	**15**	-2.233	-3.646	-7.116
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**1.552**	**3.400**	**2.596**
Receita com Operações de Câmbio		114	363	2.966
Despesa com Operações de Câmbio		-85	-347	-2.808
Receitas de Prestação de Serviços		565	2.085	2.539
Despesas de Pessoal		-591	-1.256	-1.457
Outras Despesas Administrativas	**16**	-1.326	-3.138	-3.997
Outras Receitas Operacionais		241	449	280
Despesas Tributárias		-256	-524	-738
Outras Despesas Operacionais		-240	-530	-440
Resultado das Receitas e Despesas Operacionais		**-1.578**	**-2.898**	**-3.655**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		**-26**	**502**	**-1.059**
Imposto de Renda		-8	-8	-20
Contribuição Social		-8	-8	-15
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre		**-43**	**486**	**-1.094**
NÚMERO DE AÇÕES		**8.193.940**	**8.193.940**	**8.193.940**
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		**- 0,00052**	**0,00593**	**-0,01335**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em Milhares de Reais)

	2 SEMESTRE	2021	2020
Lucro ou Prejuízo Líquido do Semestre	**-43**	**486**	**-1.094**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros	**-2.329**	**-3.668**	**-655**
(+/-) Ganhos/Perdas na Remuneração de Ativos Financeiros Disponíveis p/Venda	-2.329	-3.668	-655
(+/-) Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-
(=) Resultado Abrangente do Período	**-2.372**	**-3.182**	**-1.749**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em Milhares de Reais)

	2 SEMESTRE	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Semestre	-43	486	-1.094
Depreciação e Amortização	96	197	223
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS	**-4.865**	**-6.429**	**9.207**
Aumento/ Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.928	-1.893	8.947
Aumento/ Redução em outros Créditos	2.600	5.897	-4.179
Aumento/ Redução em Outros Valores e Bens	1	5	1
Aumento/ Redução em Carteira de Câmbio	-	-	-14
Aumento/ Redução de Operações de Crédito	63	38	-
Aumento/ Redução em Sociais e Estatutárias	-251	-443	- 501
Aumento/ Redução em Fiscais e Previdenciárias	27	-56	- 446
Aumento/ Redução em Depósitos	-1.513	3.941	-
Aumento/ Redução em Operações Compromissadas	456	685	-
Aumento/ Redução em Negociação e Intermediação de Valores	-5.810	-10.926	5.774
Aumento/ Redução de Obrigações Diversas	-37	-12	280
Ajuste Avaliação Patrimonial	-2.329	-3.665	-655
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-4.812**	**-5.746**	**8.337**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Compras de Imobilizado	-	-47	-23
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**-**	**-47**	**-23**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de Dividendos	-	-	-6
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**-**	**-**	**-6**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**-4.812**	**-5.792**	**8.308**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	10.731	11.714	3.406
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	5.919	5.919	11.714
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**-4.812**	**-5.792**	**8.308**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas Legal	Reservas de Lucros	Ajuste de a Mercado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**20.500**	**1.299**	**17.479**	**9.535**	**-**	**48.814**
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	- 6	-	-	- 6
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	- 655	-	- 655
Reservas Especiais de Lucros	-	-	-1.074	-	1.074	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	- 1.094	- 1.094
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**20.500**	**1.299**	**16.399**	**8.880**	**- 20**	**47.058**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2020			**-1.074**	**- 655**	**- 20**	**- 1.749**
Reserva Legal	-	22	-	-	- 22	-
Distribuição de Dividendos	-	-		-		
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-		-3.668	-	**- 3.668**
Reservas Especiais de Lucros	-	-	444	-	- 444	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	486	**486**
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**20.500**	**1.321**	**16.843**	**8.880**	**-**	**47.544**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2021		**22**	**444**	**-3.668**	**20**	**- 3.182**
Saldo em 30 de Junho de 2021	**20.500**	**1.299**	**16.399**	**7.541**	**509**	**46.249**
Reserva Legal	-	22	-	-	- 22	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	-2.329	-	- 2.329
Reservas Especiais de Lucros	-	-	444	-	- 444	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	- 43	-43
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**20.500**	**1.321**	**16.843**	**5.212**	**-**	**43.876**
MUTAÇÕES DO 2º SEMESTRE DE 2021	**-**	**22**	**444**	**-2.329**	**- 509**	**- 2.372**

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR; MARCIO JORGE DE AGUIAR ESTEVES; HELENA MARUYAMA BASTOS AGUIAR **Contador:** FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Administradores da CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** : A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. São Paulo, 21 de março de 2022. **SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES -** CRC – 2SP 017.676/O-8 - CNAI-PJ-000155. HUGO FRANCISCO SACHO - CRC – 1SP 124.067/O-1.

A Associação Evangélica Beneficente de PE
Hospital Evangélico de PE
Edital de Convocação

Convocamos todos os associados para Assembléia Ordinária, a realizar-se no dia 28/04/2022, na Capela do Seminário Presbiteriano do Norte, situado à Rua Demócrito de Souza Filho, nº 208 Madalena – Recife-PE às 18:30 em primeira convocação e em segunda convocação às 19:30, com a seguinte pauta: **1) Apresentação do Relatório Anual da Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco, do ano de 2021, renovação de 1/3 da Junta Administrativa do HEP e Suplentes, 4) Outros assuntos.**

Recife, 31 de março de 2022.
Rev .Eduardo Magalhães Lira Souto Maior
Presidente da AEBP

AGROPECUÁRIA FERREIRA S.A.
CNPJ (MF): 09.493.404/0001-39
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social da empresa, situada na Fazenda Riachão, s/n, na zona rural do município de Palmeirina, Estado de Pernambuco, no dia 15/04/2022, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Analisar a situação atual da companhia quanto a forma do capital, se autorizado ou fixo; b) Discussão e aprovação da Reforma do Estatuto Social da Sociedade; c) Eleição dos membros da Diretoria; d) Outros assuntos de interesse da companhia.

Palmeirina (PE), 29 de março de 2022
Maria Natalia Catão Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PERNAMBUCO - SICOOB PERNAMBUCO
CNPJ: 03.732.359/0001-41 - NIRE: 26400014191
Edital de Rerratificação de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pernambuco - Sicoob Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, rerratifica o edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, publicado no jornal Folha de Pernambuco na edição de 19 e 20 de março de 2022, da seguinte forma: (i) RERRATIFICA **a convocação dos 30 (trinta) delegados**, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia **19 de abril de 2022** às 16h00, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação; às 17h00, com a presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação; ou às 18h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária**. 1. Ampla Reforma do Estatuto Social; 2. Constituição e Aprovação do Regulamento do Fundo de Investimento Social – FIS. I**Assembleia Geral Ordinária**: 1. Prestação das contas do exercício de 2021; 2. Destinação do resultado do exercício 2021; 3. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários, benefícios e gratificações dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 5. (ii) RERRATIFICA Eleição para preenchimento de 02 (dois) cargos vagos no Conselho de Administração, com prazo de mandato até a posse de seus substitutos eleitos na AGO/2024. As Assembleias Gerais ocorrerão de forma **PRESENCIAL,** no Centro Administrativo do Sicoob Pernambuco, situado à Rua 25 de agosto, nº 217 - Centro – São José do Egito/PE – CEP: 56.700-000, por falta de acomodações na Sede Social. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site https://www.sicoob.com.br/web/sicoob**pernambuco**/relatorios. São José do Egito/PE, 29 de março de 2022. José Evaldo Campos - **Presidente**.

D4Sign 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PERNAMBUCO - SICOOB PERNAMBUCO

CNPJ: 03.732.359/0001-41 | R GOVERNADOR WALFREDO SIQUEIRA, 17 - CENTRO - SAO JOSE DO EGITO/PE CEP: 56.700-000

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		386.213.418,36	263.773.942,57
DISPONIBILIDADES	4	9.215.609,44	6.180.962,70
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		379.753.323,97	259.775.273,68
Títulos e Valores Mobiliários	5	7.525.782,89	5.109.002,33
Relações Interfinanceiras	4	67.065.410,74	61.437.226,97
Centralização Financeira		67.065.410,74	61.437.226,97
Operações de Crédito	6	298.774.561,20	188.861.400,35
Outros Ativos Financeiros	7	6.387.569,14	4.367.646,03
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(22.270.444,32)	(19.343.066,79)
(-) Operações de Crédito	6	(22.270.348,04)	(18.583.064,76)
(-) Outras	7.1.a	(734.096,29)	(760.002,03)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	478.271,86	1.866,60
OUTROS ATIVOS	9	4.718.368,71	5.325.039,41
INVESTIMENTOS	10	5.005.938,54	3.491.060,02
IMOBILIZADO DE USO	11	15.922.292,00	12.531.939,62
INTANGÍVEL	12	1.029.272,25	1.025.242,25
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(6.899.214,08)	(5.214.376,92)
TOTAL DO ATIVO		386.213.418,36	263.773.942,57
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		386.213.418,36	263.773.942,57
DEPOSITOS	13	248.727.083,71	208.687.795,56
Depósitos à Vista		108.462.544,17	95.207.660,38
Depósitos Sob Aviso		39.597,18	40.573,84
Depósitos à Prazo		140.224.942,36	113.439.561,34
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		75.942.763,64	8.799.701,55
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	17.806.863,74	-
Relações Interfinanceiras	15	10.188.829,02	144.185,01
Repasses Interfinanceiros		10.188.829,02	144.185,01
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	46.402.945,82	8.470.490,38
Outros Passivos Financeiros	16	1.544.125,06	185.026,16
PROVISÕES	18	1.044.739,40	775.694,25
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	685.612,42	623.152,26
OUTROS PASSIVOS	20	7.062.348,07	5.083.226,37
PATRIMONIO LIQUIDO	21	52.750.887,12	39.804.372,88
CAPITAL SOCIAL		24.866.650,23	17.873.717,35
RESERVAS DE SOBRAS		25.664.983,94	20.624.581,22
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.219.252,95	1.306.074,01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		386.213.418,36	263.773.942,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.409.738,79	9.194.977,74	5.675.614,82
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.409.738,79	9.194.977,74	5.675.614,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		28.699.344,94	50.940.646,74	39.121.166,96
Operações de Crédito	24	26.193.991,57	47.602.859,79	37.527.921,91
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	2.278.695,38	3.022.705,09	1.471.094,65
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	226.657,99	315.081,86	122.150,40
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	25	(13.622.820,93)	(21.157.102,30)	(18.018.566,91)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(4.491.790,47)	(6.228.368,61)	(3.483.948,03)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(2.096.567,18)	(2.705.317,92)	(344.337,48)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	(77,00)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(7.034.463,28)	(12.223.415,77)	(14.190.204,40)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		15.076.524,01	29.783.544,44	21.102.600,05
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(10.222.664,43)	(17.716.485,25)	(13.886.733,20)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	5.121.430,39	9.586.369,03	8.472.866,54
Rendas de Tarifas	27	4.413.295,59	8.257.237,90	7.969.930,95
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(8.040.639,42)	(15.569.745,69)	(15.168.705,43)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(10.336.864,92)	(19.703.960,53)	(17.542.273,32)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(332.588,10)	(649.536,58)	(605.238,30)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	2.838.480,92	5.254.712,89	5.583.761,44
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(3.885.778,89)	(4.891.542,27)	(2.597.055,08)
PROVISÕES	32	(208.210,65)	(289.927,93)	(180.437,94)
Provisões/Reversões para Contingências		32.409,36	32.409,36	(60.708,14)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(240.620,01)	(322.337,29)	(119.729,80)
RESULTADO OPERACIONAL		4.645.648,93	11.777.131,26	7.035.448,91
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(1.244.007,86)	(2.289.784,17)	(800.204,93)
Lucros em Transações com Valores e Bens		5.599,53	11.844,66	226.868,20
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(81.446,71)	(907.694,81)	(26.546,17)
Ganhos de Capital		22.989,25	135.272,32	50.280,09
Rendas de Aluguel		-	-	3.600,00
Reversão de Provisões Não Operacionais		-	826.248,10	8.000,00
Outras Rendas Não Operacionais		44.508,78	113.550,84	44.585,72
(-) Perdas de Capital		(1.215.936,56)	(2.431.052,46)	(239.829,00)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	-	(863.949,82)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(19.722,15)	(37.952,82)	(3.217,85)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.401.641,07	9.487.347,09	6.235.243,98
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		300.424,20	(42,87)	(407.296,75)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		190.166,25	-	(242.503,88)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		110.257,95	(42,87)	(164.792,87)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(292.326,48)	(292.326,48)	(152.332,41)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.409.738,79	9.194.977,74	5.675.614,82
JUROS AO CAPITAL	23	(736.438,55)	(1.001.823,79)	(451.318,79)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.673.300,24	8.193.153,95	5.224.296,03

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	16.454.845,82	(296.766,93)	16.200.552,09	60.492,36	520.504,83	32.940.128,17
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	-	520.504,83	(520.504,83)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	186.024,72	-	186.024,72
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.476.998,23	(36.438,51)	-	-	-	3.440.559,72
Por Devolução (-)	(2.149.376,36)	-	-	-	-	(2.149.376,36)
Estorno de Capital	(96,91)	-	-	-	-	(96,91)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	5.675.614,82	5.675.614,82
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(451.318,79)	(451.318,79)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	424.052,01	-	-	-	-	424.052,01
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	3.657.007,22	-	(3.657.007,22)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(261.214,80)	(261.214,80)
Saldos em 31/12/2020	18.206.422,79	(332.705,44)	19.857.559,31	767.021,91	1.306.074,01	39.804.372,88
Saldos em 31/12/2020	18.206.422,79	(332.705,44)	19.857.559,31	767.021,91	1.306.074,01	39.804.372,88
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	21.c 1.294.894,13	-	-	-	(1.306.074,01)	(11.179,88)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	(694.805,05)	-	(694.805,05)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	6.862.520,46	(56.209,00)	-	-	-	6.806.311,46
Por Devolução (-)	(2.092.088,85)	-	-	-	-	(2.092.088,85)
Estorno de Capital	(120,00)	-	-	-	-	(120,00)
Reversões de Fundos	-	-	-	-	170.964,47	170.964,47
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	9.194.977,74	9.194.977,74
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	23 -	-	-	-	(1.001.823,79)	(1.001.823,79)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	983.936,14	-	-	-	-	983.936,14
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	21.d -	-	5.735.207,77	-	(5.735.207,77)	-
FATES – Atos Cooperativos	21.d -	-	-	-	(409.657,70)	(409.657,70)
Saldos em 31/12/2021	25.255.564,67	(388.914,44)	25.592.767,08	72.216,86	2.219.252,95	52.750.887,12
Saldos em 30/06/2021	22.976.118,15	(345.217,29)	19.857.559,31	87.592,51	5.519.853,71	48.095.906,39
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	(15.375,65)	-	(15.375,65)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.355.762,32	(43.697,15)	-	-	-	2.312.065,17
Por Devolução (-)	(1.060.131,94)	-	-	-	-	(1.060.131,94)
Estorno de Capital	(120,00)	-	-	-	-	(120,00)
Reversões de Fundos	-	-	-	-	170.964,47	170.964,47
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	3.409.738,79	3.409.738,79
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(736.438,55)	(736.438,55)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	983.936,14	-	-	-	-	983.936,14
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	5.735.207,77	-	(5.735.207,77)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(409.657,70)	(409.657,70)
Saldos em 31/12/2021	25.255.564,67	(388.914,44)	25.592.767,08	72.216,86	2.219.252,95	52.750.887,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.401.641,07	9.487.347,09	6.235.243,98
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(188.693,90)	(188.693,90)	-
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(75,63)	(213,02)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		7.034.463,28	12.223.415,77	14.190.204,40
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		240.620,01	322.337,29	119.729,80
Provisões/Reversões Não Operacionais		-	(826.248,10)	855.949,82
Provisões/Reversões para Contingências		(32.409,36)	(32.409,36)	60.708,14
Atualização de Depósitos em Garantia		(27.361,37)	(27.361,37)	-
Depreciações e Amortizações		858.303,06	1.733.288,34	1.590.606,97
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		11.286.562,79	22.691.600,13	23.052.230,09
Aumento/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(350.686,16)	(2.416.780,56)	(802.101,63)
Operações de Crédito		(69.506.551,34)	(117.509.199,15)	(55.296.219,73)
Outros Ativos Financeiros		(1.431.372,14)	(2.952.561,67)	(1.609.324,39)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(235.998,93)	(476.405,26)	20.430,41
Outros Ativos		(167.865,98)	1.432.918,80	10.856,60
Aumento/Redução em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		21.593.481,73	13.254.883,79	43.096.424,89
Depósitos Sob Aviso		(1.486,03)	(976,66)	(3.954,79)
Depósitos à Prazo		26.036.666,01	26.785.381,02	19.042.764,36
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		13.207.483,50	17.806.863,74	-
Relações Interfinanceiras		7.829.183,56	10.044.644,01	(1.315.740,19)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(19.593.507,59)	37.932.455,44	(5.484.011,64)
Outros Passivos Financeiros		(64.632,46)	1.359.098,90	(44.172,05)
Provisões		(20.898,78)	(20.898,78)	15.244,53
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(122.732,75)	62.460,16	110.512,05
Outros Passivos		(1.466.342,24)	684.971,43	1.223.394,32
FATES – Atos Cooperativos		(409.657,70)	(409.657,70)	(261.214,80)
Imposto de Renda		190.166,25	-	(242.503,88)
Contribuição Social		110.257,95	(42,87)	(164.792,87)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(13.117.930,31)	8.268.754,77	20.347.821,28
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	75,63	213,02
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		188.693,90	188.693,90	-
Aquisição de Intangível		145.906,34	161.521,51	(594.055,76)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.645.491,49)	(3.604.355,07)	(761.695,67)
Aquisição de Investimentos		(1.017.847,28)	(1.514.878,52)	(105.449,32)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(2.328.738,53)	(4.768.942,55)	(1.460.987,73)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.312.065,17	6.806.311,46	3.440.559,72
Devolução de Capital à Cooperados		(1.060.131,94)	(2.092.088,85)	(2.149.376,36)
Estorno de Capital		(120,00)	(120,00)	(96,91)
Distribuição de sobras para associados		-	(11.179,88)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		983.936,14	983.936,14	424.052,01
Reversões de Fundos		170.964,47	170.964,47	-
Outros Eventos/Reservas		(15.375,65)	(694.805,05)	186.024,72
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		2.391.338,19	5.163.018,29	1.901.163,18
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(13.055.330,65)	8.662.830,51	20.787.996,73
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		89.336.350,83	67.618.189,67	46.830.192,94
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	76.281.020,18	76.281.020,18	67.618.189,67
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.055.330,65)	8.662.830,51	20.787.996,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO PAJEÚ, AGRESTE E RECIFE - SICOOB PERNAMBUCO - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 **1. Contexto Operacional:** A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO PAJEU, AGRESTE E RECIFE - SICOOB PERNAMBUCO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 30/03/2000, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DO NORDESTE – SICOOB CENTRAL NE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O SICOOB PERNAMBUCO, sediado a RUA GOVERNADOR WALFREDO SIQUEIRA, Nº 17, CENTRO, SAO JOSE DO EGITO - PE, possui 27 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE, PRATA - PB, TUPARETAMA - PE, OURO VELHO - PB, MONTEIRO - PB, CARNAÍBA - PE, TABIRA - PE, ITAPETIM - PE, SANTA TEREZINHA - PE, GRAVATÁ - PE, BEZERROS - PE, ARCOVERDE - PE, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE, RECIFE - PE, GARANHUNS - PE, SERRA TALHADA - PE, TEIXEIRA - PB, SUMÉ - PB, SERTÂNIA - PE, CARUARU - PE, TAPEROÁ - PB, TRIUNFO - PE, LIMOEIRO - PE, CAMARAGIBE - PE, JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE. O SICOOB PERNAMBUCO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade: (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis as entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 11/03/2022. Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis. 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação: a) Mudanças em vigor: O Banco Central emitiu a Resolução CMN n.º 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN n.º 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular n.º 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB n.º 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados. As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade: A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões; iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior; iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais. b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros: Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda não adotadas pela Cooperativa: Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Resolução CMN nº 4.872, de 26 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo. 2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavirus". A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO PAJEU, AGRESTE E RECIFE - SICOOB PERNAMBUCO junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavirus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento dessa missão. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) Apuração do Resultado: Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados. b) Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição. d) Títulos e Valores Mobiliários: A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável. e) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira: Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos. f) Operações de Crédito: As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito: Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). h) Depósitos em Garantia: Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. i) Investimentos: Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL NE e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição. j) Imobilizado de Uso: Representam os bens de uso, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens. k) Intangível: Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. l) Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. m) Obrigações por Empréstimos e Repasses: As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis. n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos: Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. o) Outros Ativos: São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. p) Outros Passivos: Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. q) Provisões: São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes: São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa as demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas. s) Obrigações Legais: São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz. t) Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativ

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PERNAMBUCO - SICOOB PERNAMBUCO

CNPJ: 03.732.359/0001-41 | R GOVERNADOR WALFREDO SIQUEIRA, 17 - CENTRO - SAO JOSE DO EGITO/PE CEP: 56.700-000

Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	12.808.011,63	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	296.893,19	4.701.958,92	0,00	0,00
TOTAL	13.104.904,82	4.701.958,92	0,00	0,00

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado. **15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:** São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	4.116.113,42	2.338.908,44	5.425,80	162.189,74
(-) Despesas a Apropriar Banco Sicoob	(203.046,22)	(260.749,81)	(234,38)	(23.196,15)
Recursos da Central	4.197.603,19	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.110.670,39	2.078.158,63	5.191,42	138.993,59

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	21.340.794,79	0,00	8.470.490,38	0,00
Banco Sicoob	25.062.151,03	0,00	0,00	0,00
TOTAL	46.402.945,82	0,00	8.470.490,38	0,00

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.074.567,24)	(1.266.949,98)	(11.311,87)
Cooperativa Central	(1.021.681,94)	(1.438.049,94)	(333.025,61)
Outras Instituições	(318,00)	(318,00)	0,00
TOTAL	(2.096.567,18)	(2.705.317,92)	(344.337,48)

16. Outros Passivos Financeiros: Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	772.001,34	0,00	150.708,34	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	570.613,33	0,00	19.986,63	0,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	251.504,39	0,00	14.331,19	0,00
TOTAL	1.544.125,06	0,00	185.026,16	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio – Recebimento de Ordens de Terceiros (R$ 663.661,16) e outros (R$ 58.340,18); (b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 231.389,41), Municipais (R$ 15.469,82) e outros (R$ 4.645,16). **17. Instrumentos Financeiros:** O SICOOB PERNAMBUCO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **18. Provisões:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	882.856,60	13.017,90	571.091,68	2.445,53
Provisão para Demandas Judiciais (b)	0,00	148.848,90	0,00	202.157,04
TOTAL	882.856,60	161.866,80	571.091,68	204.602,57

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	28.726.641,81	20.679.485,55
TOTAL	28.726.641,81	20.679.485,55

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais: Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável. Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS	56.448,90	0,00	56.448,90	0,00
Cíveis	92.400,00	485.163,17	92.400,00	
Trabalhistas	0,00	164.734,71	53.308,14	108.037,92
TOTAL	148.848,90	649.897,88	202.157,04	108.037,92

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB PERNAMBUCO, existem processos judiciais cíveis e trabalhistas nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 1.256.807,61. O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída. **19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0,00	0,00	78.060,49	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	102.325,75	0,00	77.580,89	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	502.970,52	0,00	411.327,34	0,00
Outros	80.316,15	0,00	56.183,54	0,00
TOTAL	1.078.055,78	0,00	623.152,26	0,00

20. Outros Passivos: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.178.321,99	-	2.203.009,65	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	315.239,46	-	155.555,78	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	2.074.970,01	-	1.611.966,55	-
Credores Diversos – País (c)	1.493.816,61	-	1.112.694,39	-
Total	7.062.348,07	-	5.083.226,37	-

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	1.045.690,15	-	806.996,92	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.719.253,21	-	1.272.437,73	-
Gratificações e Participações a Pagar (a.3)	413.378,63	-	123.575,00	-
Total	3.178.321,99	-	2.203.009,65	-

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8. (a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social; (a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras. (b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R$ 1.044.964,21), Outras Despesas Administrativas a pagar (R$ 1.020.012,29) e outros (R$ 9.993,51); (c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R$ 270.038,02), Pendências a Regularizar (R$ 533.474,24), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R$ 84.228,52), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 305.115,62), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 16.164,94) e outros (R$ 284.795,27). **21. Patrimônio Líquido:** a) Capital Social: O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. No ano de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 6.992.932,88 com recursos provenientes do SICOOB Cotas Partes, incorporação de sobras de 2020 e integralização de juros ao capital de 2021.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	24.866.650,23	17.873.717,35
Associados	45.579	36.603

b) Fundo de Reserva: Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. c) Sobras Acumuladas: As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma: • 100% para Conta Capital, no valor de R$ 1.306.074,01, ficando da seguinte forma: - 1.294.894,13 – Associados ativos - 11.179,88 – Associados desligados no exercício. d) Destinações Estatutárias e Legais: A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	8.193.153,95	5.224.296,03
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.193.153,95	5.224.296,03
Fundo de Reserva - 70%	(5.735.207,77)	(3.657.007,22)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(409.657,70)	(261.214,80)
Despesas absorvidas pelo FATES	170.964,47	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.219.252,95	1.306.074,01

22. Resultado de Atos Não Cooperativos: O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	8.193.196,82	5.631.592,78
Resultado de atos com associados	(7.836.679,10)	(4.015.419,97)
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(42,87)	(407.296,75)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(3.890.468,47)	(3.047.348,00)
(=) Resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da Lei 5764/71	(3.533.993,62)	(1.838.471,94)

23. Juros ao Capital Próprio: A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R$ 1.001.823,79. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018. **24. Receitas de Operações de Crédito:**

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	195.919,11	393.982,41	261.403,55
Rendas de Empréstimos	20.467.498,24	36.864.976,12	27.453.371,24
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.189.174,60	5.849.167,18	5.792.079,35
Rendas de Financiamentos	1.438.536,26	2.614.068,82	2.350.294,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	177.578,78	393.223,14	263.001,49
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	73.297,56	79.210,83	439,14
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	38.015,12	41.722,69	32.093,81
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	3,45	762,98	0,00
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	613.968,45	1.365.745,62	1.375.239,33
TOTAL	26.193.991,57	47.602.859,79	37.527.921,91

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(4.491.790,47)	(6.228.368,61)	(3.483.948,03)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.096.567,18)	(2.705.317,92)	(344.337,48)
Despesas de Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	0,00	0,00	(77,00)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.316.149,92	11.227.430,78	9.204.722,37
Reversões de Provisões para Outros Créditos	135.908,88	285.924,96	258.400,51
Provisões para Operações de Crédito	(9.917.076,81)	(22.516.752,36)	(22.352.877,41)
Provisões para Outros Créditos	(569.445,27)	(1.220.019,15)	(1.300.449,87)
TOTAL	(13.622.820,93)	(21.157.102,30)	(18.018.566,91)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	2.600.339,45	4.947.798,69	4.583.720,39
Rendas de Outros Serviços	2.521.090,94	4.638.570,34	3.889.146,15
TOTAL	5.121.430,39	9.586.369,03	8.472.875,54

27. Rendas de Tarifas:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.368.154,97	2.700.901,47	2.735.565,64
Rendas de Serviços Prioritários - PF	390.253,20	677.190,00	615.174,27
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	102.192,15	149.562,38	152.930,18
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.552.695,27	4.729.584,05	4.466.260,86
TOTAL	4.413.295,59	8.257.237,90	7.969.930,95

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(14.788,89)	(29.577,78)	(28.049,04)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(596.983,03)	(1.109.883,24)	(963.301,80)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.512.327,38)	(2.816.508,13)	(2.700.448,12)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.616.576,98)	(3.196.559,16)	(2.961.031,90)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.295.713,79)	(8.408.821,57)	(8.505.033,40)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(4.249,35)	(8.395,81)	(6.101,17)
Despesas de Remuneração de Estagiários	0,00	0,00	(4.740,00)
TOTAL	(8.040.639,42)	(15.569.745,69)	(15.168.705,43)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(185.098,60)	(387.458,70)	(367.709,06)
Despesas de Aluguéis	(1.281.626,72)	(2.339.118,47)	(1.909.382,43)
Despesas de Comunicações	(363.582,92)	(716.870,44)	(752.165,77)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(438.137,15)	(654.249,55)	(97.192,19)
Despesas de Material	(116.247,52)	(205.898,49)	(169.684,35)
Despesas de Processamento de Dados	(729.194,43)	(1.469.208,37)	(1.426.037,34)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(74.662,60)	(94.271,07)	(64.916,02)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(68.373,71)	(103.071,18)	(189.217,95)
Despesas de Publicações	0,00	(13.000,00)	(1.850,00)
Despesas de Seguros	(8.513,35)	(18.730,24)	(152.718,35)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.624.114,31)	(5.176.525,54)	(3.850.557,43)
Despesas de Serviços de Terceiros	(595.420,95)	(1.089.066,52)	(1.166.826,33)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(937.992,96)	(1.840.352,24)	(1.730.267,98)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(173.153,55)	(287.872,46)	(208.222,24)
Despesas de Transporte	(644.615,58)	(1.252.910,60)	(1.596.639,95)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(2.072,54)
Despesas de Viagem no País	(129.557,40)	(224.872,95)	(126.730,42)
Despesas de Amortização	(20.967,51)	(26.421,80)	(8.593,12)
Despesas de Depreciação	(837.335,55)	(1.706.866,54)	(1.582.013,85)
Rateio de Despesas da Central	(510.157,37)	(936.961,85)	(1.070.461,25)
Rateio de Despesas do Sicoob Confederação	(386.157,89)	(724.812,31)	(542.842,22)
Outras Despesas Administrativas	(211.954,85)	(435.421,21)	(526.172,53)
TOTAL	(10.336.864,92)	(19.703.960,53)	(17.542.273,32)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	59.448,87	370.893,44	797.342,31
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	133.704,02	133.704,02	0,00
Dividendos	0,00	75,63	213,02
Atualização depósitos judiciais	27.361,37	27.361,37	0,00
Outras rendas operacionais	109.923,27	125.488,05	143.718,20
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.319.349,49	4.408.496,48	4.642.487,91
Juros ao Capital Recebidos da Central	188.693,90	188.693,90	0,00
TOTAL	2.838.480,92	5.254.712,89	5.583.761,44

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(57.367,38)	(131.566,53)	(62.055,21)
Outras Despesas Operacionais	(298.609,83)	(423.408,67)	(700.229,60)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(625.047,57)	(1.244.960,56)	(1.527.599,99)
Outras Contribuições Diversas	(82.137,64)	(203.691,09)	(218.370,94)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(65.573,25)	(103.028,19)	(29.057,96)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(12.108,74)	(15.823,40)
Perdas - Fraudes Externas	(2.588.008,62)	(2.588.008,62)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(11.233,21)	(11.233,21)	0,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(569,97)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(223,14)	(2.002,22)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educional e Social	(157.578,25)	(170.964,47)	0,00
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	0,00	0,00	43.917,98
TOTAL	(3.885.778,89)	(4.891.542,27)	(2.597.055,08)

32. Despesas com Provisões:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	32.409,36	32.409,36	(60.708,14)
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	(18.308,14)
Provisões para Contingências	(4.030,37)	(4.030,37)	(42.400,00)
Reversões de Provisões para Contingências	36.439,73	36.439,73	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(240.620,01)	(322.337,29)	(119.729,80)
Provisões para Garantias Prestadas	(664.783,17)	(1.128.047,16)	(715.891,37)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	424.163,16	805.709,87	596.161,57
TOTAL	(208.210,65)	(289.927,93)	(180.437,94)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021. **34. Partes Relacionadas:** São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021: No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	10.659.338,28	1,7786%	507,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	102.982,15	0,0172%	210,41
TOTAL	10.762.320,43	1,7957%	717,41
Montante das Operações Passivas	268.200,00	0,1163%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,0387%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0487%
Aplicações Financeiras	0,1163%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021: No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	59,13	0,47	0,0045%
Conta Garantida	516.035,47	5.160,26	7,4317%
Empréstimos	263.666,28	1.271,31	0,1111%
Financiamentos	163.326,58	816,63	0,8231%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	247.897,21	0,2312%	0%
Depósitos a Prazo	566.594,51	0,4039%	0,7769%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,4833%	81,10
Financiamentos	1,2000%	37,05
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	96,6106%	163,71

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação. d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	2.165.994,67
Empréstimos	12.554,88
Financiamentos	359.529,58

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	237.777,63	342.937,02

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R$)			
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(110.490,55)	(212.145,34)	(201.206,28)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(596.983,03)	(1.109.883,24)	(963.301,80)
F.G.T.S. Diretoria	(41.961,42)	(80.125,66)	(75.298,25)
Plano de Saúde	(4.080,08)	(4.080,08)	0,00

35. Cooperativa Central: A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO PAJEÚ, AGRESTE E RECIFE - SICOOB PERNAMBUCO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas. O SICOOB CENTRAL NE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL NE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras. O SICOOB PERNAMBUCO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL NE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL NE:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	67.065.410,74	61.437.226,97
Ativo - Títulos de Renda Fixa (TVM)	7.525.782,89	5.109.002,33
Ativo - Rendimentos Centralização Financeira a Receber	570.040,05	99.229,51
Ativo - Investimentos	5.004.284,54	3.489.406,02
Total das Operações Ativas	80.165.518,22	70.134.864,83
Passivo - Repasses Interfinanceiros	4.197.603,19	0,00
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.340.794,79	8.470.490,38
Passivo – Valores a Repassar a Cooperativa Central	84.228,52	0,00
Total de Operações Passivas	25.622.626,50	8.470.490,38

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL NE:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.278.695,38	3.022.705,09	1.471.094,65
Resultado de operações com TVM	226.657,99	315.081,86	122.150,40
Total das Receitas	2.505.353,37	3.337.786,95	1.593.245,05
Rateio de Despesas da Central	(510.157,37)	(936.961,85)	(1.070.461,25)
Despesas com Empréstimos e Repasses	(1.021.681,94)	(1.438.049,94)	(333.025,61)
Total das Despesas	(1.531.839,31)	(2.375.011,79)	(1.403.486,86)

36. Gerenciamento de Risco: A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS. O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas. 36.1 Risco operacional: As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico. 36.2 Risco de Crédito: As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito. Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê: a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos; b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos; c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas; d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas; e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito; f) identificação e tratamento de ativos problemáticos; g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito; h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos; i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança; j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas; l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição; m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito; n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços. As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos. 36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities). O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais. As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são: a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e à alta administração, que evidenciem, no mínimo: a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança. a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição; a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição; a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB; a.5) aplicação de cenários de estresse; a.6) definição de planos de contingência. b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado. Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil. São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo à totalidade das posições das entidades do Sicoob. 36.4 Risco de Liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais. As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão. Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são: a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo: limite mínimo de liquidez; fluxo de caixa projetado; aplicação de cenários de estresse; definição de planos de contingência. b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez; c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez. São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob. 36.5 Risco Socioambiental: As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações: a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental; b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental; c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica. O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil. 36.6 Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração. 36.7 Gestão de Continuidade de Negócios: As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades: a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades; b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades; c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes; d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção; e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente). O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem. São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade. **37. Seguros Contratados – Não Auditado:** A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.**38. Índice de Basileia:** As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	52.022.501,52	34.865.581,73
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	293.078.780,38	114.155.685,34
Índice de Basiléia (mínimo 11%)	17,75%	30,54%
Imobilizado para cálculo do limite	9.643.582,05	9.843.924,77
Índice de imobilização (limite 50%)	18,54%	28,23%

39. Benefícios a Empregados: A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(42.576,63)	(87.509,09)	(104.957,49)
TOTAL	(42.576,63)	(87.509,09)	(104.957,49)

SÃO JOSÉ DO EGITO-PE

Thiago Medeiros Filgueira
Diretor Organizacional e Riscos

André Luiz Neri
Contador
CRC/MG-075.675/O-3

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Ao Conselho de Administração, à Diretoria e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Pajeú, Agreste e Recife - SICOOB PERNAMBUCO São José do Egito - PE - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Pajeú, Agreste e Recife – SICOOB PERNAMBUCO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB PERNAMBUCO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Brasília/DF, 18 de março de 2022.

Nestor Ferreira Campos Filho
ASSINADO DIGITALMENTE NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO
Contador CRC DF
03/1813421/O-9
CNAI 1727

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PERNAMBUCO - SICOOB PERNAMBUCO - CNPJ: 03.732.359/0001-41- NIRE: 26400014191 - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária - Edital de Convocação - O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pernambuco - Sicoob Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 30 (trinta) delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 19 de abril de 2022 às 16h00, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação; às 17h00, com a presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação; ou às 18h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Ampla Reforma do Estatuto Social; 2. Constituição e Aprovação do Regulamento do Fundo de Investimento Social – FIS. **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Prestação das contas do exercício de 2021; 2.Destinação do resultado do exercício 2021; 3. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários, benefícios e gratificações dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 5. Indicação para preenchimento de 02 (dois) cargo(s) vago(s) no Conselho de Administração, com prazo de mandato até a posse de seus substitutos eleitos na AGO/2024. As Assembleias Gerais ocorrerão de forma PRESENCIAL, no Centro Administrativo do Sicoob Pernambuco, situado à Rua 25 de agosto, nº 217 - Centro – São José do Egito/PE – CEP: 56.700-000, por falta de acomodações na Sede Social. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site https://www.sicoob.com.br/web/sicoobpernambuco/relatorios. São José do Egito/PE, 14 de março de 2022.

José Evaldo Campos
Presidente

D4Sign 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

LP225-IMPERDIVEL OPORTUNID. APTO COM OTIMA LOCALIZA. C/ 83M, QTS, DCE, VARAND, WC COC, COZINH, SALA P2AMB, I VG, TODO COM ARMARIO ELEV, PISCINA, SAL FESTA, PLAY R$350MIL, MARQUE SUA VISITA. F-999184740-986967550-30375200 CRECI 9355J

LP 3151 OPORTUNIDADE APTO COM 91M, 3 QTS, SUITE, WC SOC, SL P/02 AMB, PORCELANATO COZ, TODO COM ARMARIOS E DECORADOS, 1VG ELEV, R$229MIL, AC.FINAC, FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP3248-OTIMA LOCALIZ, APTO DE AREA UTIL 85M C3QTS, 1SUIT,VARAND,TODO COM ARMARIOS, SALAC2AMB, DCE, PISC, SL FESTA, PLAY, 2VG, AC FINANC, R$ 640MIL LIGAR F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP3282-OPORTUNIDADE APTONASCENTE C106M, 3QTOS, SUIT,WC SOC, DCE, COZINHA, SL P2AMB, VARANDA, DECORADO, TODO COM ARMARIOS, 1VG, ELEV, SL DE FESTA, PLAY, R$ 420MIL AC. FINANC, F-991919003-986967550-30375200 CRECI9355J

LP379 IMPERDIVEL OPORTUNIDADE APTO TOTALMENTE NASCENTE COM 133M, 3QTS, 1STE, SL P/ 02 AMB, VAR, COZ, DCE, TODO COM ARMARIOS, WC SOC, 1VG, ELEV, R$350MIL, AC.FINAC, MARQUE SUA VISITA FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP379 IMPERDIVEL OPORTUNIDADE APTO TOTALMENTE NASCENTE COM 133M, 3QTS, 1STE, SL P/ 02 AMB, VAR, COZ, DCE, TODO COM ARMARIOS, WC SOC, 1VG, ELEV, R$350MIL, AC.FINAC, MARQUE SUA VISITA FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP215 OPORTUNIDADE APTO NOVO COM OTIMA LOCALIZ.33M,QUARTO, SALA, COZ, WC SOC, MOBILIADO, 1VG, ELEV, PIS, SL FESTA, PLAY, R$ 200MIL, AC FINAN, OU ALUGUEL R$ 1.800, 00 COM TAXAS, LIGAR FONE - 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP225-IMPERDIVEL OPORTUNID. APTO COM OTIMA LOCALIZA. C/ 83M, QTS, DCE, VARAND, WC COC, COZINH, SALA P2AMB, I VG, TODO COM ARMARIO ELEV, PISCINA, SAL FESTA, PLAY R$350MIL, MARQUE SUA VISITA. F-999184740-986967550-30375200 CRECI 9355J

LP 3151 OPORTUNIDADE APTO COM 91M, 3 QTS, SUITE, WC SOC, SL P/02 AMB, PORCELANATO COZ, TODO COM ARMARIOS E DECORADOS, 1VG ELEV, R$229MIL, AC.FINAC, FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP3248-OTIMA LOCALIZ, APTO DE AREA UTIL 85M C3QTS, 1SUIT,VARAND,TODO COM ARMARIOS, SALAC2AMB, DCE, PISC, SL FESTA, PLAY, 2VG, AC FINANC, R$ 640MIL LIGAR F-991919003-986967550-30375200 CRECI

Publicidade Legal pdf

Código do documento 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

31 Mar 2022, 00:15:35
Documento 38999cb6-6446-4686-beac-1c8c13c58b36 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-31T00:15:36-03:00

31 Mar 2022, 00:16:01
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-31T00:16:01-03:00

31 Mar 2022, 00:16:26
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 201.18.98.155 (20118098155.host.telemar.net.br porta: 62688). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-03-31T00:16:26-03:00

Hash do documento original
(SHA256):92a4d1921f3eb356844e0f7b99db00b0063c9fd4534861a5d0577539550b9fa7
(SHA512):1b8ef6c9a2f0ac5dad919f47129a905beab1e4a29a30a5c7a857e37473e1daa21a23afe3e6debafca8f2724c268caf35e354d0514671ee9c0dac3043f2771e94

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign